



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes



2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10980.010022/2004-87
Recurso nº : 130.093
Acórdão nº : 201-79.210

Recorrente : ALF - ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
(Sucessora de Master Comunicação e Marketing Ltda.)
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

PIS. RECEITAS DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE.

Os valores recebidos pelas agências de propaganda, ou incluídos em suas notas fiscais, e devidos pelos anunciantes aos veículos de divulgação não são receitas da agência e, conseqüentemente, não integram a base de cálculo do PIS.

Recurso provido.

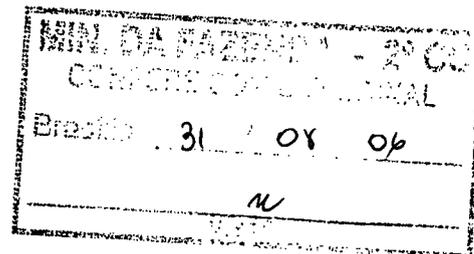
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ALF - ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (Sucessora de Master Comunicação e Marketing Ltda.).

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento ao recurso.** Vencido o Conselheiro Maurício Taveira e Silva.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2006.

Josefa Maria Coelho Marques
Josefa Maria Coelho Marques
Presidente

Walber José da Silva
Walber José da Silva
Relator



Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Gileno Gurjão Barreto, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, José Antonio Francisco, Fabíola Cassiano Keramidas e Gustavo Vieira de Melo Monteiro.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MIN DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 21/08/06
u

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10980.010022/2004-87
Recurso nº : 130.093
Acórdão nº : 201-79.210

Recorrente : ALF - ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
(Sucessora de Master Comunicação e Marketing Ltda.)

RELATÓRIO

Contra a empresa MASTER COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. (Sucedida por Alf - Administração de Bens e Participações Ltda.) foi lavrado auto de infração para exigir o pagamento de contribuição para o PIS, no valor de R\$ 2.164.385,65 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), relativo aos fatos geradores ocorridos no período de julho de 1999 a janeiro de 2002, tendo em vista que a Fiscalização constatou que a interessada deduziu, indevidamente, da base de cálculo da exação valores repassados a terceiros.

Tempestivamente a contribuinte insurge-se contra a exigência fiscal, conforme impugnação às fls. 141/168.

A 3ª Turma de Julgamento da DRJ em Curitiba - PR julgou procedente o lançamento, nos termos do Acórdão DRJ/CTA nº 7.860, de 10/02/2005, cuja ementa abaixo transcrevo:

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/07/1999 a 31/01/2002

Ementa: NULIDADE. PRESSUPOSTOS.

Ensejam a nulidade apenas os atos e termos lavrados por pessoa incompetente e os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Período de apuração: 01/07/1999 a 30/11/1999

Ementa: DECADÊNCIA.

O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito relativo à contribuição para o PIS decai em dez anos.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/07/1999 a 31/01/2002

Ementa: AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE. BASE DE CÁLCULO. VALORES REPASSADOS A TERCEIROS.

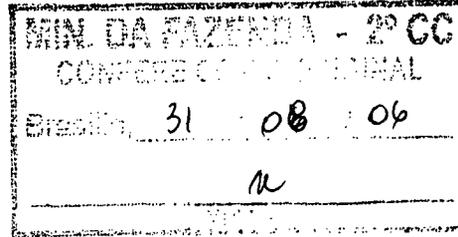
As agências de publicidade não podem excluir da base de cálculo da contribuição para o PIS as importâncias repassadas aos veículos de divulgação, relativas aos serviços de veiculação constantes das notas fiscais/faturas de serviços por elas regularmente emitidas.

W



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.010022/2004-87
Recurso nº : 130.093
Acórdão nº : 201-79.210



2º CC-MF
Fl.

MULTA DE OFÍCIO. JUROS DE MORA. PERCENTUAIS. LEGALIDADE.

Presentes os pressupostos de exigência, cobram-se juros de mora e multa de ofício pelos percentuais legalmente determinados.

Lançamento Procedente”.

Ciente da decisão de primeira instância em 24/02/2005, fl. 303, a contribuinte interpôs recurso voluntário em 28/03/2005, onde, em síntese, argumenta que:

1 - ocorreu erro manifesto na identificação do sujeito passivo porque o auto de infração está direcionado exclusivamente contra a empresa MASTER COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., já extinta por incorporação à data da lavratura do auto de infração;

2 - os débitos relativos aos fatos geradores ocorridos no período de julho a novembro de 1999 encontram-se alcançados e extintos pela decadência, que se conta cinco anos da ocorrência do fato gerador;

3 - dá-se *error in iudicando* no Acórdão recorrido porque internaliza contrariedade e negativa de vigência a diversas normas (art. 3º da Lei nº 9.715/98; art. 651 do RIR/99; art. 110 do CTN; art. 3º da Lei nº 4.680/65; art. 15 do Decreto nº 57.690/66; art. 6º, inciso II, da Lei Complementar nº 70/91);

4 - às agências de publicidade deve ser dado o mesmo tratamento dispensado às empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público urbano de passageiros, subordinadas ao sistema de compensação tarifária, conforme entendimento do Ato Declaratório nº 7, de 14/02/2000;

5 - o auto de infração é manifestamente confiscatório, posto que representa, juntamente com a autuação de PIS, entre 35% e 47% da receita pertencente à MASTER;

6 - deve ser excluído do lançamento a multa de ofício em atenção à incomunicabilidade, na sucessão de empresas, da responsabilidade por infrações tributárias; e

7 - é indevida a cumulação de juros de mora com base na taxa Selic.

Consta dos autos “*Relação de Bens e Direitos para Arrolamento*” (fl. 381), permitindo o seguimento do recurso ao Conselho de Contribuintes, conforme preceitua o artigo 33, § 2º, do Decreto nº 70.235/72, com a redação dada pelo artigo 32 da Lei nº 10.522/2002.

Pelo Despacho de fl. 384, a repartição de origem consignou que o Arrolamento de Bens está sendo controlado no Processo nº 10980.004933/2005-56.

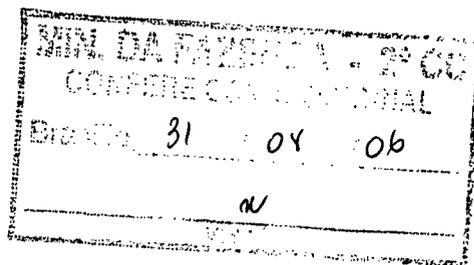
Veio o processo a esta Primeira Câmara e, na forma regimental, foi o mesmo a mim distribuído no dia 06/12/2005, conforme despacho exarado na última folha dos autos - fl. 385.

É o relatório.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.010022/2004-87
Recurso nº : 130.093
Acórdão nº : 201-79.210



2º CC-MF
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
WALBER JOSÉ DA SILVA

O recurso voluntário é tempestivo, está instruído com a garantia de instância e atende às demais exigências legais, razão pela qual dele conheço.

Como relatado, a empresa autuada era uma agência de propaganda, cujas atividades são regidas pela Lei nº 4.680/65, regulamentada pelo Decreto nº 57.690/66. A recorrente pretende ver excluído da tributação do PIS o valor incluído em suas faturas e pertencentes a terceiros, especialmente aos veículos de divulgação.

A autoridade lançadora e o Acórdão recorrido sustentam que todos os valores incluídos nas faturas da recorrente são receita dela e, nesta qualidade, devem integrar a base de cálculo do PIS, conforme preceitua a Lei nº 9.718/98, independentemente do tipo de atividade desenvolvida pela pessoa jurídica e da classificação contábil adotada.

Ao julgar o Recurso nº 120.728, citado pela recorrente, esta Primeira Câmara se manifestou no sentido de que os valores constantes das faturas das agências de propaganda e pertencentes a terceiros, notadamente aos veículos de divulgação, não são receitas da agência e, nesta qualidade, não podem integrar a base de cálculo do PIS, nos termos do Acórdão nº 201-77.363, cujos fundamentos adoto.

O cerne da lide centra-se na identificação da receita das agências de propaganda, ou seja, todos os recursos que ela recebe ou incluiu em suas notas fiscais se constituem, de fato, receitas próprias ou parte é receita de terceiros.

A Fiscalização e o Acórdão recorrido entendem que sim, que todos os valores constantes das notas fiscais das agências de propaganda são receitas próprias e, nesta qualidade, devem integrar a base de cálculo do PIS.

A recorrente sustenta que não, que a legislação que regulamenta sua atividade (Lei nº 4.680/65 e Decreto nº 57.690/66) determina que a remuneração recebida pelas agências de propaganda (honorários) corresponde a um percentual do valor cobrado pelos veículos de divulgação (e também outros serviços, tais como serviços gráficos, filmagem, etc.) e que estes prestadores de serviços emitem a nota fiscal em nome dos seus clientes anunciantes, a quem compete pagar tais despesas, diretamente aos prestadores de serviços ou via agência de propaganda.

A Lei nº 4.680/65 e o Decreto nº 57.690/66 deixam claro que a agência de propaganda não presta serviço de divulgação, portanto, não vende este serviço a seus clientes para, em seguida, subcontratá-los com empresas (ou veículos) de divulgação. Somente nesta hipótese é que o valor desse serviço integraria sua receita.

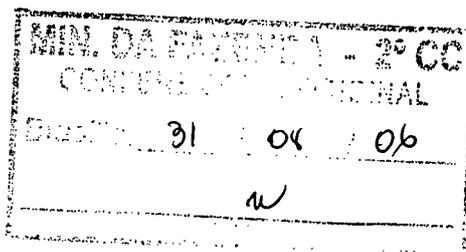
Com relação aos demais serviços (gráfico, filmagem, editoração, etc.), estes podem ou não ser vendidos pela agência de propaganda ao seu cliente. Havendo venda destes serviços aos clientes da agência, o valor dos mesmos integra a receita da agência, independente de ter havido contratação de terceiros para a sua execução.

(W)



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.010022/2004-87
Recurso nº : 130.093
Acórdão nº : 201-79.210



2º CC-MF
Fl.

Pelos fatos narrados no auto de infração a recorrente foi acusada de ter excluído indevidamente da base de cálculo do PIS os valores lançados a título de “Deduções Legais - valor da sub-empregada”. De fato, não há previsão legal para excluir da base de cálculo do PIS o valor de subempregada, isto é, receitas próprias transferidas a terceiros.

No caso sob exame, a legislação reguladora da atividade da recorrente deixa claro que não há subempregada por parte das agências de propaganda, especialmente na divulgação da propaganda.

A subempregada se caracteriza pela contratação de um serviço por uma empresa A, que assume o compromisso de sua realização. Para tal fim, a empresa A contrata uma terceira empresa, que executa o serviço e emite a nota fiscal em nome da empresa A, que fica obrigada a pagar o preço do serviço contratado, independente de seu cliente efetuar o pagamento ou não do serviço executado.

No caso do serviço de divulgação de propaganda, não há subempregada. O que há é o agenciamento do serviço, que é contratado pela agência de propaganda em nome de seu cliente anunciante, a quem compete efetuar o pagamento pelo serviço de divulgação prestado pelo veículo de divulgação, quer diretamente, quer via agência de propaganda. Não faz diferença. A agência de propaganda não tem responsabilidade pela falta de pagamento do serviço de divulgação ou qualquer outro serviço contratado em nome do cliente.

É o que se depreende dos seguintes dispositivos do Decreto nº 57.680/66:

“Art 1º A profissão de Publicitário, criada pela Lei nº 6.680, de 18 de junho de 1965, e organizada na forma do presente Regulamento, compreende as atividades daquele que, em caráter regular e permanente, exercem funções artísticas e técnicas através das quais estuda-se, concebe-se, executa-se e distribui-se propaganda.

(...)

Art 3º As atividades previstas no Art. 1º deste Regulamento, serão exercidas nas Agências de Propaganda, nos Veículos de Divulgação ou em qualquer empresa nas quais se produz a propaganda.

(...)

Art 6º Agência de Propaganda é a pessoa jurídica especializada nos métodos, na arte e na técnica publicitários, que, através, de profissionais a seu serviço, estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos Veículos de Divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de mercadorias, produtos e serviços, difundir idéias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições a que servem.

(...)

Art. 7º Os serviços de propaganda serão prestados pela Agência mediante contratação, verbal ou escrita, de honorários e reembolso das despesas previamente autorizadas, tendo como referência o que estabelecem os itens 3.4 a 3.6, 3.10 e 3.11, e respectivos subitens, das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, editadas pelo CENP - Conselho Executivo das Normas-Padrão, com as alterações constantes das Atas das Reuniões do Conselho Executivo datadas de 13 de fevereiro, 29 de março e 31 de julho, todas do ano de 2001, e registradas no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.010022/2004-87
Recurso nº : 130.093
Acórdão nº : 201-79.210

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
COMITÊ DE FISCALIZAÇÃO
Emp. nº 31 08 06
U

2º CC-MF
Fl.

Civil de Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo, respectivamente sob nº 263447, 263446 e 282131. (Redação dada pelo Decreto nº 4.563/2002).

Art 8º Consideram-se Clientes ou Anunciante a entidade ou indivíduo que utiliza a propaganda.

Art 9º Nas relações entre a Agência e o cliente serão observados os seguintes princípios básicos.

(...)

IV - O Cliente comprometer-se-á a liquidar à vista, ou no prazo máximo de trinta (30) dias, as notas de honorários e de despesas apresentadas pela Agência."

Estes dispositivos deixam claro que a agência de propaganda contrata serviços de terceiros, não em seu nome, mas **por ordem e conta do cliente anunciante**, sendo deste a responsabilidade pelo pagamento dos serviços contratados. As notas fiscais dos prestadores de serviços (divulgação, impressão, filmagem, etc.) são emitidas pelos prestadores do serviço em nome do cliente anunciante, que de fato contratou o serviço (via agência), e apresentadas pela agência de propaganda ao cliente anunciante através da nota fiscal própria desta atividade, onde consta o valor dos honorários (serviços prestados pela agência) e o valor dos serviços prestados ao cliente anunciante por terceiros, devidamente comprovado pelas notas fiscais.

A receita faturada pela agência é somente o valor dos honorários (ou comissão) calculados sobre o valor dos serviços contratados por conta e ordem do cliente anunciante. Os outros valores constantes da nota fiscal da agência representam receita (do prestador de serviços) e despesa (do cliente anunciante) de terceiros.

Desta forma, sem razão o Acórdão recorrido ao afirmar que a Lei nº 9.718/98 inclui os valores glosados como receita da agência de propaganda e não autoriza a sua exclusão da base de cálculo do PIS, pois representa subempregada.

Sobre as receitas de terceiros incluídas em faturas de empresas, vale a pena reproduzir o que dizem os autores do popular livro *Imposto de Renda das Empresas* (ed. Atlas, 26ª ed., 2001, p. 150), Hiromi Higuchi e Celso Higuchi, citado pela recorrente:

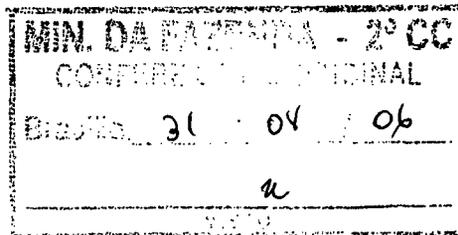
"Em alguns casos, as empresas recebem, no mesmo documento, destacadamente, receitas próprias e receitas de terceiros. Nessa hipótese, não há necessidade de lei autorizando a exclusão do valor repassado para terceiros na base de cálculo de tributos, inclusive de PIS/Pasep e Cofins. Isso porque, originariamente, essas receitas não pertencem à pessoa jurídica arrecadadora. O fato ocorre, por exemplo, nas empresas de telefonia. Além das receitas pertencentes a outras empresas de telefonia, é comum a cobrança de receitas de terceiros como mensalidades de internet, doações para UNICEF etc".

Diante do colocado, entendo que não há como ser mantida a decisão vergastada. Face a tal, uma vez prejudicada sua análise, deixo de manifestar-me sobre as preliminares de nulidade do lançamento e de decadência.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.010022/2004-87
Recurso nº : 130.093
Acórdão nº : 201-79.210



2º CC-MF
Fl.

Por estas razões, e por tudo o mais que do processo consta, voto no sentido de dar provimento ao recurso voluntário para determina o cancelamento do auto de infração, posto que improcedente.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2006.


WALBER JOSÉ DA SILVA